

ÍNDICE-SUMÁRIO

PARTE GERAL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA	9
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	9
PARTE I Direitos e deveres fundamentais	11
TÍTULO I Princípios gerais	11
TÍTULO II Direitos, liberdades e garantias	12
CAPÍTULO I Direitos, liberdades e garantias pessoais	12
TÍTULO III Direitos e deveres económicos, sociais e culturais	13
CAPÍTULO II Direitos e deveres sociais	13
PARTE II Organização económica	14
TÍTULO I Princípios gerais	14
TÍTULO IV Sistema financeiro e fiscal	15
PARTE III Organização do poder político	17
TÍTULO I Princípios gerais	17
TÍTULO III Assembleia da República	19
CAPÍTULO II Competência	19
TÍTULO IV Governo	23
CAPÍTULO III Competência	23
TÍTULO V Tribunais	24
CAPÍTULO II Organização dos tribunais	24
TÍTULO VII Regiões autónomas	24
TÍTULO VIII Poder local	27
CAPÍTULO I Princípios gerais	27
CAPÍTULO III Município	27
TÍTULO IX Administração Pública	27
LEI GERAL TRIBUTÁRIA	
DECRETO-LEI Nº 398/98, DE 17 DE DEZEMBRO	29
TÍTULO I Da ordem tributária	33
CAPÍTULO I Princípios gerais	33
CAPÍTULO II Normas tributárias	35

TÍTULO II Da relação jurídica tributária	37
CAPÍTULO I Sujeitos da relação jurídica tributária	37
CAPÍTULO II Objecto da relação jurídica tributária	42
CAPÍTULO III Constituição e alteração da relação jurídica tributária	44
CAPÍTULO IV Extinção da relação jurídica tributária	45
SECÇÃO I Pagamento da prestação tributária	45
SECÇÃO II Caducidade do direito de liquidação	47
SECÇÃO III Prescrição da prestação tributária	49
CAPÍTULO V Garantia da prestação tributária	50
TÍTULO III Do procedimento tributário	51
CAPÍTULO I Regras gerais	51
CAPÍTULO II Sujeitos	56
SECÇÃO I Administração tributária	56
SECÇÃO II Contribuintes e outros interessados	65
CAPÍTULO III Do procedimento	69
SECÇÃO I Início do procedimento	69
SECÇÃO II Instrução	69
CAPÍTULO IV Decisão	71
CAPÍTULO V Procedimentos de avaliação	73
SECÇÃO I Princípios gerais	73
SECÇÃO II Avaliação indirecta	74
SUBSECÇÃO I Pressupostos	74
SUBSECÇÃO II Critérios	77
SUBSECÇÃO III Procedimentos	78
TÍTULO IV Do processo tributário	81
CAPÍTULO I Acesso à justiça tributária	81
CAPÍTULO II Formas de processo e processo de execução	82

CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO

DECRETO-LEI Nº 433/99, DE 26 DE OUTUBRO	85
TÍTULO I Disposições gerais	91
CAPÍTULO I Âmbito e direito subsidiário	91
CAPÍTULO II Dos sujeitos procedimentais e processuais	92
SECÇÃO I Da personalidade e da capacidade tributárias	92
SECÇÃO II Da legitimidade	93
SECÇÃO III Da competência	93
SECÇÃO IV Dos atos procedimentais e processuais	97
SUBSECÇÃO I Dos prazos	97
SUBSECÇÃO II Do expediente interno	98
SUBSECÇÃO III Das notificações e citações	101
TÍTULO II Do procedimento tributário	107
CAPÍTULO I Disposições gerais	107
CAPÍTULO II Procedimentos prévios de informação e avaliação	109

CAPÍTULO III Do procedimento de liquidação	110
SECÇÃO I Da instauração	110
SECÇÃO II Da decisão	111
SECÇÃO III Dos juros indemnizatórios	111
SECÇÃO IV Procedimentos próprios	112
CAPÍTULO IV Do reconhecimento dos benefícios fiscais	114
CAPÍTULO V Dos recursos hierárquicos	114
CAPÍTULO VI Do procedimento de reclamação graciosa	115
CAPÍTULO VII Da cobrança	118
SECÇÃO I Disposições gerais	118
SECÇÃO II Das garantias da cobrança	119
SECÇÃO III Do pagamento voluntário	120
SECÇÃO IV Das formas e meios de pagamento	125
CAPÍTULO VIII Do procedimento de correção de erros da administração tributária	126
TÍTULO III Do processo judicial tributário	127
CAPÍTULO I Disposições gerais	127
SECÇÃO I Da natureza e forma de processo judicial tributário	127
SECÇÃO II Das nulidades do processo judicial tributário	129
CAPÍTULO II Do processo de impugnação	130
SECÇÃO I Disposições gerais	130
SECÇÃO II Da petição	130
SECÇÃO III Da contestação	133
SECÇÃO IV Do conhecimento inicial do pedido	134
SECÇÃO V Da instrução	135
SECÇÃO VI Da sentença	137
SECÇÃO VII Dos incidentes	138
SECÇÃO VIII Da impugnação dos atos de autoliquidação, substituição tributária, pagamentos por conta e dos atos de liquidação com fundamento em classificação pautal, origem ou valor aduaneiro das mercadorias	139
CAPÍTULO III Dos processos de ação cautelar	141
SECÇÃO I Disposições gerais	141
SECÇÃO II Do arresto	141
SECÇÃO III Do arrolamento	142
SECÇÃO IV Da apreensão	142
SECÇÃO V Da impugnação das providências cautelares adotadas pela administração tributária	143
CAPÍTULO IV Ação para o reconhecimento de um direito ou interesse legítimo em matéria tributária	143
CAPÍTULO V Dos meios processuais acessórios	144
CAPÍTULO VI Da intimação para um comportamento	145
TÍTULO IV Da execução fiscal	146
CAPÍTULO I Disposições gerais	146
SECÇÃO I Do âmbito	146

SECCÃO II Da competência	146
SECCÃO III Da legitimidade	147
SUBSECCÃO I Da legitimidade dos exequentes	147
SUBSECCÃO II Da legitimidade dos executados	147
SECCÃO IV Dos títulos executivos	149
SECCÃO V Das nulidades processuais	150
SECCÃO VI Dos incidentes e impugnações	150
SECCÃO VII Da suspensão, interrupção e extinção do processo	151
CAPÍTULO II Do processo	155
SECCÃO I Disposições gerais	155
SECCÃO II Da instauração e citação	159
SECCÃO III Garantias especiais	162
SECCÃO IV Do pagamento em prestações	163
SECCÃO V Da dação em pagamento	168
SECCÃO VI Da oposição	170
SECCÃO VII Da apreensão de bens	172
SUBSECCÃO I Do arresto	172
SUBSECCÃO II Da penhora	173
SUBSECCÃO III Dos embargos de terceiro	181
SECCÃO VIII Da convocação dos credores e da verificação dos créditos	182
SECCÃO IX Da venda dos bens penhorados	184
SECCÃO X Da extinção da execução	189
SUBSECCÃO I Da extinção por pagamento coercivo	189
SUBSECCÃO II Da extinção por pagamento voluntário	191
SUBSECCÃO III Da declaração em falhas	192
SECCÃO XI Das reclamações e recursos das decisões do órgão da execução fiscal	193
TÍTULO V Dos recursos dos atos jurisdicionais	194
REGIMES DE TRIBUTAÇÃO PRIVILEGIADA	
PORTARIA Nº 150/2004, DE 13 DE FEVEREIRO	199
REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	
DECRETO-LEI Nº 413/98, DE 31 DE DEZEMBRO	203
PARTE I Procedimento de inspeção tributária	205
TÍTULO I Princípios e disposições gerais	205
CAPÍTULO I Objecto e âmbito	205
CAPÍTULO II Princípios do procedimento de inspeção tributária	207
CAPÍTULO III Classificações do procedimento de inspeção tributária	208
TÍTULO II Competência e garantias de imparcialidade	209
CAPÍTULO I Competência	209
CAPÍTULO II Garantias de imparcialidade	211
TÍTULO III Planeamento e selecção	212

CAPÍTULO I Planeamento	212
CAPÍTULO II Selecção	213
TÍTULO IV Actos de inspecção	213
CAPÍTULO I Garantias do exercício da função inspectiva	213
CAPÍTULO II Local, horário dos actos de inspecção e prazo do procedimento	217
CAPÍTULO III Notificações e informações	219
PARTE II Marcha do procedimento de inspecção	221
TÍTULO I Início do procedimento de inspecção	221
CAPÍTULO I Preparação, programação e planeamento	221
CAPÍTULO II Cooperação e notificação para início do procedimento	223
TÍTULO II Actos do procedimento de inspecção	224
TÍTULO III Conclusão e efeitos do procedimento de inspecção	227
CAPÍTULO I Conclusão do procedimento de inspecção	227
CAPÍTULO II Efeitos do procedimento de inspecção	229
SISTEMA DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA POR INICIATIVA DO SUJEITO PASSIVO OU DE TERCEIRO	
DECRETO-LEI Nº 6/99, DE 8 DE JANEIRO	231
REGIME GERAL DAS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS	
LEI Nº 15/2001, DE 5 DE JUNHO	235
PARTE I Princípios gerais	239
CAPÍTULO I Disposições comuns	239
CAPÍTULO II Disposições aplicáveis aos crimes tributários	242
CAPÍTULO III Disposições aplicáveis às contra-ordenações	247
PARTE II Do processo	251
CAPÍTULO I Processo penal tributário	251
CAPÍTULO II Processo de contra-ordenação tributária	256
SECÇÃO I Disposições gerais	256
SECÇÃO II Processo de aplicação das coimas	260
SUBSECÇÃO I Da fase administrativa	260
SUBSECÇÃO II Da fase judicial	264
PARTE III Das infracções tributárias em especial	266
TÍTULO I Crimes tributários	266
CAPÍTULO I Crimes tributários comuns	266
CAPÍTULO II Crimes aduaneiros	267
CAPÍTULO III Crimes fiscais	272
CAPÍTULO IV Crimes contra a segurança social	274
TÍTULO II Contra-ordenações tributárias	274
CAPÍTULO I Contra-ordenações aduaneiras	274
CAPÍTULO II Contra-ordenações fiscais	279

DOS IMPOSTOS EM ESPECIAL

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

DECRETO-LEI Nº 442-A/88, DE 30 DE NOVEMBRO	291
DECRETO-LEI Nº 198/2001, DE 3 DE JULHO	297
LEI Nº 82-E/2014, DE 31 DE DEZEMBRO	299

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

CAPÍTULO I Incidência	319
SECÇÃO I Incidência real	319
SECÇÃO II Incidência pessoal	341
CAPÍTULO II Determinação do rendimento coletável	350
SECÇÃO I Regras gerais	350
SECÇÃO II Rendimentos do trabalho	354
SECÇÃO III Rendimentos empresariais e profissionais	355
SECÇÃO IV Rendimentos de capitais	363
SECÇÃO V Rendimentos prediais	365
SECÇÃO VI Incrementos patrimoniais	365
SECÇÃO VII Pensões	371
SECÇÃO VIII Dedução de perdas	372
SECÇÃO IX Abatimentos	373
SECÇÃO X Processo de determinação do rendimento coletável	373
CAPÍTULO III Taxas	378
CAPÍTULO IV Liquidação	388
CAPÍTULO V Pagamento	406
CAPÍTULO VI Obrigações acessórias	421
CAPÍTULO VII Fiscalização	431
CAPÍTULO VIII Garantias	432
CAPÍTULO IX Disposições diversas	433

TABELA DE ATIVIDADES EXERCIDAS PELOS SUJEITOS PASSIVOS DO IRS

PORTARIA Nº 1011/2001, DE 21 DE AGOSTO	435
--	-----

TABELA DE ATIVIDADES DE ELEVADO VALOR ACRESCENTADO, COM CARÁTER CIENTÍFICO, ARTÍSTICO OU TÉCNICO EXERCIDAS POR RESIDENTES NÃO HABITUAIS

PORTARIA Nº 12/2010, DE 7 DE JANEIRO	439
--------------------------------------	-----

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS

DECRETO-LEI Nº 442-B/88, DE 30 DE NOVEMBRO	443
DECRETO-LEI Nº 159/2009, DE 13 DE JULHO	451
LEI Nº 2/2014, DE 16 DE JANEIRO	459

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS

CAPÍTULO I Incidência	472
CAPÍTULO II Isenções	480
CAPÍTULO III Determinação da matéria coletável	487
SECÇÃO I Disposições gerais	487
SECÇÃO II Pessoas coletivas e outras entidades residentes que exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	488
SUBSECÇÃO I Regras gerais	488
SUBSECÇÃO II Mensuração e perdas por imparidades em ativos correntes	497
SUBSECÇÃO III Depreciações, amortizações e perdas por imparidades em ativos não correntes	500
SUBSECÇÃO IV Imparidades	505
SUBSECÇÃO IV-A Provisões	505
SUBSECÇÃO V Regime de outros encargos	507
SUBSECÇÃO VI Regime das mais-valias e menos-valias realizadas	512
SUBSECÇÃO VII Instrumentos financeiros derivados	517
SUBSECÇÃO VIII Empresas de seguros	519
SUBSECÇÃO VIII-A Rendimentos de direitos de autor e de direitos de propriedade industrial	519
SUBSECÇÃO IX Dedução de lucros e reservas distribuídos e de mais e menos-valias realizadas com a transmissão onerosa de partes sociais	521
SUBSECÇÃO X Dedução de prejuízos	525
SECÇÃO III Pessoas coletivas e outras entidades residentes que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	527
SECÇÃO III-A Estabelecimentos estáveis de entidades residentes	528
SECÇÃO IV Entidades não residentes	530
SECÇÃO V Determinação do lucro tributável por métodos indiretos	531
SECÇÃO VI Disposições comuns e diversas	532
SUBSECÇÃO I Correções para efeitos da determinação da matéria coletável	532
SUBSECÇÃO I-A Regras destinadas a neutralizar os efeitos de assimetrias híbridas	541
SUBSECÇÃO II Regime especial de tributação dos grupos de sociedades	546
SUBSECÇÃO III Transformação de sociedades	551
SUBSECÇÃO IV Regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais	552
SUBSECÇÃO V Liquidação de sociedades e outras entidades	560
SUBSECÇÃO VI Transferência de residência de uma sociedade para o estrangeiro e cessação de atividade de entidades não residentes	562

SUBSECÇÃO VII Realização de capital de sociedades por entrada de património de pessoa singular	566
SECÇÃO VII Regime simplificado de determinação da matéria coletável	566
CAPÍTULO IV Taxas	569
CAPÍTULO V Liquidação	573
CAPÍTULO VI Pagamento	585
SECÇÃO I Entidades que exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	585
SECÇÃO II Entidades que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	588
SECÇÃO III Disposições comuns	589
CAPÍTULO VII Obrigações acessórias e fiscalização	591
SECÇÃO I Obrigações acessórias dos sujeitos passivos	591
SECÇÃO II Outras obrigações acessórias de entidades públicas e privadas	602
SECÇÃO III Fiscalização	604
CAPÍTULO VIII Garantias dos contribuintes	604
CAPÍTULO IX Disposições finais	608
REGIME DO INCENTIVO FISCAL À RECUPERAÇÃO	
LEI Nº 12/2022, DE 27 DE JUNHO	609
REGIME DAS DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES PARA EFEITOS DE IRC	
DECRETO REGULAMENTAR Nº 25/2009, DE 14 DE SETEMBRO	613
ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS	
DECRETO-LEI Nº 215/89, DE 1 DE JULHO	635
PARTE I Princípios gerais	643
PARTE II Benefícios fiscais com carácter estrutural	648
CAPÍTULO I Benefícios fiscais de natureza social	648
CAPÍTULO II Benefícios fiscais à poupança	651
CAPÍTULO III Benefícios fiscais ao sistema financeiro e mercado de capitais	653
CAPÍTULO IV Benefícios fiscais às zonas francas	667
CAPÍTULO V Benefícios fiscais relativos a relações internacionais	676
CAPÍTULO VI Benefícios fiscais à capitalização das empresas	679
CAPÍTULO VII Benefícios fiscais relativos a bens imóveis	686
CAPÍTULO VIII Outros benefícios fiscais	695
CAPÍTULO IX Benefícios fiscais à reestruturação empresarial	706
CAPÍTULO X Benefícios fiscais relativos ao mecenato	708
CAPÍTULO XI Benefícios às cooperativas	715
CAPÍTULO XII Benefícios pela exigência de fatura	716
CAPÍTULO XIII Benefício ao reinvestimento de lucros e reservas	716
PARTE III Benefícios fiscais com carácter temporário	716

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO	
DECRETO-LEI Nº 394-B/84, DE 26 DE DEZEMBRO	723
DECRETO-LEI Nº 102/2008, DE 20 DE JUNHO	727
CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO	
CAPÍTULO I Incidência	731
CAPÍTULO II Isenções	746
SECÇÃO I Isenções nas operações internas	746
SECÇÃO II Isenções na importação	752
SECÇÃO III Isenções na exportação, operações assimiladas a exportações e transportes internacionais	754
SECÇÃO IV Outras isenções	757
CAPÍTULO III Valor tributável	759
SECÇÃO I Valor tributável nas transacções internas	759
SECÇÃO II Valor tributável na importação de bens	762
CAPÍTULO IV Taxas	762
CAPÍTULO V Liquidação e pagamento do imposto	763
SECÇÃO I Deduções	763
SECÇÃO II Pagamento do imposto	772
SECÇÃO III Outras obrigações dos contribuintes	775
SECÇÃO IV Regimes especiais	790
SUBSECÇÃO I Regime de isenção	790
SUBSECÇÃO II Regime forfetário dos produtores agrícolas	793
SUBSECÇÃO III Regime dos pequenos retalhistas	795
SUBSECÇÃO IV Regime de tributação dos combustíveis líquidos aplicável aos revendedores	799
SECÇÃO V Disposições comuns	800
CAPÍTULO VI Fiscalização e determinação oficiosa do imposto	810
CAPÍTULO VII Garantias dos sujeitos passivos	814
CAPÍTULO VIII Disposições finais	815
LISTA I Bens e serviços sujeitos a taxa reduzida	815
LISTA II Bens e serviços sujeitos a taxa intermédia	821
ANEXO A – Lista das actividades de produção agrícola	822
ANEXO B – Lista das prestações de serviços agrícolas	822
ANEXO C – Lista dos bens a que se refere o artigo 15º, nº 4, do CIVA	823
ANEXO D – Lista exemplificativa de prestações de serviços por via electrónica	824
ANEXO E – Lista dos bens e serviços do sector de desperdícios, resíduos e sucatas recicláveis a que se refere a alínea i) do nº 1 do artigo 2º	824
ANEXO F – Lista das actividades de produção agrícola	824
ANEXO G – Lista das prestações de serviços agrícolas	825
REGIME DO IVA NAS TRANSAÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS	
DECRETO-LEI Nº 290/92, DE 28 DE DEZEMBRO	827
CAPÍTULO I Incidência	835

CAPÍTULO II Isenções	842
CAPÍTULO III Valor tributável	845
CAPÍTULO IV Taxas	845
CAPÍTULO V Liquidação e pagamento do imposto	845
SECÇÃO I Deduções	845
SECÇÃO II Reembolsos	846
SECÇÃO III Pagamento do imposto	846
CAPÍTULO VI Outras obrigações dos sujeitos passivos	847
CAPÍTULO VII Disposições finais	852
REFORMA DA TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO	
DECRETO-LEI Nº 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO	853
CAPÍTULO I Aprovação	854
CAPÍTULO II Alterações legislativas	854
CAPÍTULO III Regime transitório	854
CAPÍTULO IV Disposições finais	866
CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	
CAPÍTULO I Incidência	871
CAPÍTULO II Isenções	875
CAPÍTULO III Matrizes prediais	878
CAPÍTULO IV Do objecto e tipos de avaliação na determinação do valor patrimonial tributário	879
CAPÍTULO V Do valor patrimonial tributário dos prédios rústicos	880
SECÇÃO I Do rendimento fundiário	880
SECÇÃO II Avaliação de base cadastral	880
SECÇÃO III Avaliação de base não cadastral	884
SECÇÃO IV Avaliação directa	885
SECÇÃO V Disposições diversas	885
CAPÍTULO VI Do valor patrimonial tributário dos prédios urbanos	886
SECÇÃO I Da iniciativa da avaliação	886
SECÇÃO II Das operações de avaliação	886
CAPÍTULO VII Dos organismos de coordenação e de avaliação	895
SECÇÃO I Da propriedade rústica	895
SUBSECÇÃO I Organismos de coordenação	895
SUBSECÇÃO II Dos peritos avaliadores	898
SECÇÃO II Da propriedade urbana	899
SECÇÃO III Disposições comuns	901
CAPÍTULO VIII Reclamações e impugnações da avaliação	902
SECÇÃO I De prédios rústicos	902
SECÇÃO II De prédios urbanos	904
SECÇÃO III Disposição comum	905
CAPÍTULO IX Organização e conservação das matrizes	906
SECÇÃO I Disposições comuns	906

SECCÃO II Matrizes cadastrais rústicas	907
SECCÃO III Matrizes não cadastrais rústicas	908
SECCÃO IV Matrizes urbanas	908
SECCÃO V Cadernetas prediais	909
SECCÃO VI Guarda e conservação do cadastro geométrico	910
SECCÃO VII Alterações matriciais	912
SECCÃO VIII Renovação das matrizes	913
CAPÍTULO X Taxas	914
CAPÍTULO XI Liquidação	917
CAPÍTULO XII Pagamento	919
CAPÍTULO XIII Fiscalização	920
CAPÍTULO XIV Garantias	922
CAPÍTULO XV Adicional ao imposto municipal sobre imóveis	924
SECCÃO I Incidência	924
SECCÃO II Valor tributável	925
SECCÃO III Taxa	927
SECCÃO IV Liquidação e Pagamento	927
SECCÃO V Disposições relativas a impostos de rendimento	928
SECCÃO VI Outras disposições	929
CAPÍTULO XVI Disposições diversas	930

CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS

CAPÍTULO I Incidência	935
CAPÍTULO II Isenções	939
CAPÍTULO III Determinação do valor tributável	944
CAPÍTULO IV Taxas	950
CAPÍTULO V Liquidação	952
CAPÍTULO VI Cobrança	957
CAPÍTULO VII Garantias	958
CAPÍTULO VIII Fiscalização	960
CAPÍTULO IX Disposições diversas	962

CÓDIGO DO IMPOSTO DO SELO

LEI Nº 150/99, DE 11 DE SETEMBRO	963
CAPÍTULO I Incidência	970
CAPÍTULO II Isenções	977
CAPÍTULO III Valor tributável	981
SECCÃO I Regras gerais	981
SECCÃO II Nas transmissões gratuitas	982
CAPÍTULO IV Taxas	987
CAPÍTULO V Liquidação	987
SECCÃO I Regras gerais	987
SECCÃO II Nas transmissões gratuitas	988

SECÇÃO III Regras comuns	993
CAPÍTULO VI Pagamento	994
CAPÍTULO VII Garantias	997
CAPÍTULO VIII Obrigações acessórias e fiscalização	997
SECÇÃO I Regras gerais	997
SUBSECÇÃO I Obrigações dos sujeitos passivos	997
SUBSECÇÃO II Obrigações de entidades públicas e privadas	999
SECÇÃO II Nas transmissões gratuitas	1000
CAPÍTULO IX Disposições diversas	1001
Tabela Geral do Imposto do Selo	1003
CÓDIGO DOS IMPOSTOS ESPECIAIS DE CONSUMO	
DECRETO-LEI Nº 73/2010, DE 21 DE JUNHO	1007
PARTE I Parte geral	1013
CAPÍTULO I Princípios e regras gerais	1013
CAPÍTULO II Liquidação, pagamento e reembolso do imposto	1020
CAPÍTULO III Produção, transformação e armazenagem em regime de suspensão	1025
CAPÍTULO IV Circulação em regime de suspensão	1031
CAPÍTULO V Perdas e Inutilização	1037
CAPÍTULO VI Garantias	1039
CAPÍTULO VII Circulação e tributação após a introdução no consumo	1042
PARTE II Parte especial	1047
CAPÍTULO I Imposto sobre o álcool, as bebidas alcoólicas e as bebidas adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes	1047
SECÇÃO I Álcool e bebidas alcoólicas	1047
SECÇÃO II Bebidas não alcoólicas	1060
CAPÍTULO II Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos	1063
CAPÍTULO III Imposto sobre o tabaco	1077
CAPÍTULO IV Disposições finais	1088
REFORMA DA TRIBUTAÇÃO AUTOMÓVEL	
LEI Nº 22-A/2007, DE 29 DE JUNHO	1089
CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS	
CAPÍTULO I Princípios e regras gerais	1095
CAPÍTULO II Estatuto dos sujeitos passivos	1104
CAPÍTULO III Introdução no consumo	1106
CAPÍTULO IV Liquidação, pagamento e reembolso	1111
CAPÍTULO V Regimes suspensivos	1113
SECÇÃO I Admissão e importação temporária	1113
SUBSECÇÃO I Regras gerais	1113
SUBSECÇÃO II Regras especiais	1116

SECÇÃO II Expedição e exportação	1121
CAPÍTULO VI Regimes de isenção	1122
SECÇÃO I Regras gerais	1122
SECÇÃO II Regras especiais	1125
SUBSECÇÃO I Funções de autoridade, utilidade pública e serviço de táxi	1125
SUBSECÇÃO II Pessoas com deficiência	1128
SUBSECÇÃO II-A Famílias numerosas	1131
SUBSECÇÃO III Transferência de residência	1132
SUBSECÇÃO IV Outras isenções	1135
CAPÍTULO VII Disposições finais	1136
CÓDIGO DO IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	
CAPÍTULO I Princípios e regras gerais	1137
CAPÍTULO II Liquidação e pagamento	1149
CAPÍTULO III Obrigações acessórias, fiscalização e regime contra-ordenacional	1151
LEI Nº 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO	
Artigo 216º Adicional em sede de imposto único de circulação	1155

SUMÁRIO

PARTE GERAL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA 9

LEI GERAL TRIBUTÁRIA

Decreto-Lei nº 398/98, de 17 de dezembro 29

CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO

Decreto-Lei nº 433/99, de 26 de outubro 85

REGIMES DE TRIBUTAÇÃO PRIVILEGIADA

Portaria nº 150/2004, de 13 de fevereiro 199

REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO

DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Decreto-Lei nº 413/98, de 31 de dezembro 203

SISTEMA DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA POR INICIATIVA

DO SUJEITO PASSIVO OU DE TERCEIRO

Decreto-Lei nº 6/99, de 8 de janeiro 231

REGIME GERAL DAS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Lei nº 15/2001, de 5 de junho 235

DOS IMPOSTOS EM ESPECIAL

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

Decreto-Lei nº 442-A/88, de 30 de novembro 291

SUMÁRIO

TABELA DE ATIVIDADES EXERCIDAS PELOS SUJEITOS PASSIVOS DO IRS

Portaria nº 1011/2001, de 21 de agosto 435

TABELA DE ATIVIDADES DE ELEVADO VALOR ACRESCENTADO, COM CARÁTER CIENTÍFICO, ARTÍSTICO OU TÉCNICO EXERCIDAS POR RESIDENTES NÃO HABITUAIS

Portaria nº 12/2010, de 7 de janeiro 439

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS

Decreto-Lei nº 442-B/88, de 30 de novembro 443

REGIME DO INCENTIVO FISCAL À RECUPERAÇÃO

Lei nº 12/2022, de 27 de junho 609

REGIME DAS DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES PARA EFEITOS DE IRC

Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro 613

ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS

Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de julho 635

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

Decreto-Lei nº 394-B/84, de 26 de dezembro 723

REGIME DO IVA NAS TRANSAÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS

Decreto-Lei nº 290/92, de 28 de dezembro 827

REFORMA DA TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO

Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro 853

CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

869

CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS

933

CÓDIGO DO IMPOSTO DO SELO

Lei nº 150/99, de 11 de setembro 963

CÓDIGO DOS IMPOSTOS ESPECIAIS DE CONSUMO

Decreto-Lei nº 73/2010, de 21 de junho 1007

REFORMA DA TRIBUTAÇÃO AUTOMÓVEL Lei nº 22-A/2007, de 29 de junho	1089
CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS	1095
CÓDIGO DO IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	1137
Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro Artigo 216º Adicional em sede de imposto único de circulação	1155
ÍNDICE-SUMÁRIO	1157
SUMÁRIO	1171

BDJUR

BASE DE DADOS JURÍDICA

[LEGISLAÇÃO](#) [CÓDIGOS](#) [JURISPRUDÊNCIA](#) [FORMULÁRIOS](#) [EUR-LEX](#) [DICIONÁRIO](#) [FÓRUM JURÍDICO](#)

bdjur.almedina.net

QUANTO TEMPO JÁ PERDEU A ATUALIZAR A SUA LEGISLAÇÃO?

Na BDJUR procedemos diariamente à atualização de conteúdos, trabalhando de forma sistemática a legislação publicada no Diário da República, disponibilizando códigos, legislação complementar, coletâneas temáticas, decisões jurisprudenciais de tribunais superiores e outras ferramentas práticas para o seu dia a dia, como as nossas minutas de autor.

PARA MAIS INFORMAÇÕES

assinaturas@bdjur.almedina.net

213 190 243

916 141 786